

A beata Nhá Chica como patrimônio cultural de Baependi – MG: um estudo de caso.

Liliane Faria Corrêa Pinto

Os três principais pontos a serem abordados para contextualizar esse estudo de caso são: uma pequena biografia da Nhá Chica, a política pública no ICMS Cultural de Minas Gerais e o contexto baependiense da tentativa de tombamento dos bens relativos à Nhá Chica no ano de 2009. Diante dessas três informações poderemos analisar a Nhá Chica como patrimônio cultural de Baependi – MG e como o desconhecimento do instituto do tombamento foi usado para manipular os fiéis da beata para saciar os interesses dos grupos políticos rivais na cidade mineira.

Nhá Chica, Francisca de Paula de Jesus, nasceu em 1808 ou 1810, em Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno e faleceu em 1895, em Baependi. Segundo ela própria, seu nascimento foi em 1808 e apenas seu batismo em 1810. Era filha natural de Izabel Maria que era filha natural de Rosa Benguela. Izabel Maria foi batizada na Capela de Cajuru, da Aplicação de São Miguel do Cajuru, Comarca do Rio das Mortes, em 1782. Segundo seu batistério, ela era escrava de Custódio Ferreira Braga que faleceu em 1786.(Cadorin, 2004). Provavelmente, Izabel e Rosa, mãe e avó de Nhá Chica, foram vendidas pelos herdeiros de Custódio Braga para um senhor de escravos em Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, onde Nhá Chica nasceu. É possível que elas fossem de propriedade dos padrinhos de Nhá Chica ou de vizinhos deles como comumente acontecia.

O batistério de Nhá Chica, datado de vinte e seis de abril de 1810, cita o nome de sua mãe, sua condição e o nome dos padrinhos, Ângelo Alves e Francisca Maria Rodrigues.¹ Os dois aparecem mencionados no testamento de Pascoal Alves Rodrigues, pai de Ângelo, ele como inventariante, ela como testemunha. Isso indica que eles faziam parte da mesma rede de relações e da rede de compadrio da mãe da beata, mas não foi possível identificar em que medida eles se conheciam e como se estabeleciam esses laços.² No batistério da beata consta a condição legal da concepção de Nhá Chica, *filha natural*, mas não qualifica a propriedade de Izabel, como aconteceu com ela própria quando foi batizada. Sabemos que Izabel nasceu escrava, filha de Rosa Benguela, ou seja, de uma negra proveniente da nação Benguela, e de propriedade de

Custódio Ferreira Braga, mas não sabemos se faleceu escrava. Segundo Pérola Maria Goldfeder e Castro,

Em geral, os registros de batismo forneciam o nome do batizado; sua condição social (se livre ou escravo); o nome dos pais; data e local da cerimônia além do nome do celebrante. Em se tratando da população escrava, o batismo não significava apenas o certificado de nascimento e inserção da criança na cristandade, mas também e, principalmente, o reconhecimento oficial dos direitos do proprietário sobre sua posse. (Castro, 2009)

Partindo da análise de Castro, acreditamos que Francisca de Paula de Jesus nasceu livre, já que não consta em seu registro de batismo o nome de nenhum proprietário. Por outro lado, devemos ponderar essa afirmação porque os registros no século XIX não seguiam critérios fixos, em geral, traziam as informações descritas por Castro, mas elas poderiam ser negligenciadas pelos padres responsáveis por elas.

Alguns anos após o nascimento de Nhá Chica, sua mãe, seu irmão, Theotônio Pereira do Amaral, e ela se mudaram para Baependi. Não conseguimos descobrir o motivo da mudança, mas há algumas hipóteses a serem levantadas. Partimos do pressuposto que a beata nasceu livre porque seu registro de batismo expressaria a condição escrava de Izabel e, conseqüentemente, de Francisca por segurança dos senhores. Assim, a mudança para Baependi pode ter ocorrido por qualquer motivo e podemos ser criativos. Izabel Maria pode ter sido desobrigada a ficar na propriedade onde vivia como prêmio posterior à alforria, conquistada de direito antes do nascimento de Francisca de Paula de Jesus e de fato alguns anos depois, como era de costume. Ou terem se mudado acompanhando a família de quem antes eram escravas. Podem ter ido para Baependi porque o menino Theotônio conseguiu uma proposta de trabalho em um comércio, longe dos antigos donos da mãe. A estratégia de mudar foi adotada, provavelmente, por representar uma condição melhor que a anterior, caracterizada por melhores redes de relações ou preferência pelo distanciamento das redes antigas. Enfim, não foi possível encontrar a razão da saída de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, mas acreditamos que a migração para Baependi estivesse relacionada à conquista de melhores condições sociais ou econômicas.

Em Baependi, Izabel foi morar em um casebre no alto da montanha, subindo à direita da igreja de Nossa Senhora de Monteserrat, em uma propriedade que acreditamos que foi adquirida ou ocupada por ela. Não há registro da casa no século XIX, a não ser o testamento de Francisca de Paula de Jesus doando seus bens para Nossa Senhora da Conceição, assim, não sabemos se Izabel Maria construiu a

edificação, a adquiriu ou mesmo apenas ocupou o terreno e ergueu a casa. O imóvel fica em uma porção da cidade que no século XIX era a periferia da vila de Baependi, afastado do centro, mas às margens de um caminho.

Nhá Chica conta em uma entrevista concedida ao médico, Dr. Henrique Monat, que perdeu sua mãe aos dez anos, quando já morava em Baependi (Costa, 2009). Assim, sabemos que Izabel Maria faleceu em 1818 ou 1820. A pequena Francisca foi chamada para morar com seu irmão que, provavelmente, já era casado e estava bem integrado à sociedade baependiense, mas ela preferiu ficar na mesma casa em que morava. Segundo Monat, Nhá Chica seguiu as recomendações de sua mãe: “uma vida solitária, para melhor praticar a caridade e conservar a fé cristã” (Costa, 2009, p. 17). Optou, então, por viver sozinha no casebre e desde tenra idade era conhecida como *Mãe dos Povos*. Não sabemos como fazia para viver, mas provavelmente, recebia algum recurso de seu irmão. Acreditamos que, possivelmente, ela trabalhou algumas vezes em casas de família ou mesmo na lavoura em fazendas próximas, além de plantar hortaliças e frutas para subsistência no terreno onde morava. Segundo Helena Pena, Francisca tinha um pé de lima e uma laranjeira em seu quintal e oferecia frutas para toda a cidade (Pena, 2007). Segundo relatos, ela também recebia muitas esmolas e viveu com muita simplicidade. De seus dez aos seus 85 ou 87 anos, Nhá Chica viveu com humildade e se dedicou a Nossa Senhora e à caridade. Sua vida foi simples e os momentos mais importantes que chegaram até nós estão relacionados aos seus traços de santidade, como seus milagres e previsões.

Ao pensarmos na biografia dos santos, devemos observar que estamos lidando com a fé do próprio santo na divindade e a de seus devotos, o imaginário em torno de sua vida e sua dedicação a Deus e, também, com a vida no seu aspecto mundano e material. Para um historiador, mais que o imaginário em torno da vida de Nhá Chica, é importante tentarmos percebê-la no contexto histórico em que viveu e, a partir daí, compreendermos a unicidade de sua experiência. Enfim, nossa proposta é uma leitura da vida de Nhá Chica, mas vamos nos ater especificamente a sua vida cotidiana, pensando a fé cristã por meio da experiência de Nhá Chica. Diante dessa linha de trabalho, tentaremos compreender em que medida ela sobressaiu na sociedade baependiense e se tornou conhecida por seus feitos de fé, simplicidade, humildade e caridade e, assim, se tornar um símbolo do patrimônio imaterial baependiense.

Nossa tarefa requer certa compreensão dos conceitos de sagrado e profano. Em geral, eles são tomados em contraposição e a partir da dicotomia entre eles, é possível uma definição. Mircea Eliade estuda a relação entre ambos e analisa

(..) de que maneira o homem religioso se esforça por manter-se o máximo de tempo possível num universo sagrado e, conseqüentemente, como se apresenta sua experiência total da vida em relação à experiência do homem privado de sentimento religioso, do homem que vive, ou deseja viver, num mundo dessacralizado. (Eliade, 2008)

Para Mircea Eliade, o sagrado nas populações *primitivas* “equivale ao poder e, em última análise, à realidade por excelência”. Os homens religiosos vêem o mundo como um *Cosmos Sacralizado*, diferentemente dos homens *modernos* que dessacralizam a natureza e o espaço. Nhá Chica se encaixa entre os homens religiosos e podemos contrapor sua percepção do mundo às colocações do médico que a entrevistou, Dr. Henrique Monat, um homem moderno cujo mundo é dessacralizado. Quando Nhá Chica descreve o evento do eclipse é possível perceber em suas palavras a sensibilidade e a simplicidade de sua concepção do universo e de seu *Cosmos Sacralizado*.

‘Vancê viu no domingo passado como o sol estava amarelo?’

Foi um eclipse, disse eu.

‘Qual! Eu também vi na bacia; foi uma nuvenzinha preta, ruim, que se pregou no sol; quem foi lá tirá-la? Só Deus porque ele não quer o sol encoberto, nem parado.’

Mas Nhá Chica, o sol está parado, é terra que se move.

‘Modernismos! Não diga isso que é pecado. (...) Então o sol não caminha? Está nos livros santos, que muita gente não conhece, mesmo doutores. O sol é obra de Deus e do Padre Eterno; Deus precisou de algum homem para fazer o mundo? Fez só. Qual é o doutor que sabia para ajudar? Ele pediu licença ao Padre Eterno, porque tinha muito respeito, veio ao mundo e disse: Faça-se o clarão para encher o vácuo de dia! – Nasceu o sol. Faça-se a lua para encher o vácuo da noite! Faça-se as estrelas para enfeitar a noite de luzinhas miúdas. E começou tudo a andar à roda desde esse dia’.(Costa, 2009, p. 22-3)

Nhá Chica vivia a experiência do sagrado e seu mundo era mágico. Para ela, Deus era responsável por cada parte do universo e seu olhar era de uma simplicidade que transmitia sua fé e sua segurança demonstrava o conceito de Eliade de que o sagrado é poder. Nhá Chica era poderosa em sua fé e isso a fazia poderosa em sua realidade. Segundo ela própria, “nem nunca fiz milagres: eu rezo a Nossa Senhora que me ouve e me responde; é por isso que posso responder com acerto, quando me

consultam, e afirmar o que digo” (Costa, 2009, p. 19-20). A certeza de Nhá Chica é uma forma de poder diante daqueles que não veem o mundo de forma sacralizada. Sua segurança fazia com que os outros, não inseridos na mesma sacralização existencial a que ela se dedicou, enxergassem nela a santidade.

A santidade de Nhá Chica é marcada, então, pela certeza de sua crença e, em consequência, a manipulação do mundo a partir de seus milagres. São vários episódios de sua biografia em que a fé da futura beata se manifestou e modificou o ambiente, impondo a sua vontade ou a vontade da divindade. Os milagres de Nhá Chica são muitos. Os mais conhecidos são os milagres dos tijolos e do órgão. Cada um deles mostra a fé e a tranqüilidade com que Nhá Chica se vinculava a Nossa Senhora e a certeza da verdade em suas respostas para aqueles que chegavam até ela com perguntas e ansiedades. Ambos os milagres são passíveis de serem determinados no tempo, pelo menos aproximadamente. A capela de Nossa Senhora da Conceição começou a ser construída após a morte do irmão de Nhá Chica, Theotônio Pereira do Amaral e, provavelmente, já estava em funcionamento por volta de 1878, apesar de Nhá Chica ter dito ao médico Monat em 1894 que ainda faltava o frontispício da capela. Segundo o jornal “O Baependyano”, no dia oito de dezembro de 1878, ocorreu uma solenidade na capela de Nossa Senhora da Conceição de Baependi que estava aberta ao público e em funcionamento. Talvez ela não estivesse pronta do jeito que Nhá Chica queria, mas já funcionava. Naquele mesmo ano, “O Baependyano” lançou uma matéria mencionando a festa do órgão. E isso implica que o órgão chegou à capela em 1878. Segundo o jornal, estavam presentes na solenidade os padres José Silvério Nogueira da Luz e Marcos Pereira Gomes Nogueira, que ocuparam a tribuna sagrada e os Srs. Egydio Quirino Corrêa e Francisco Raposo Lima e D. Ermínia Pereira de Magalhães, que se encarregaram do coro (O Baependyano, 1878).

O milagre dos tijolos é, então, anterior ao do órgão e ambos estão relacionados à capela de Nossa Senhora da Conceição. Segundo Nhá Chica, a santa pediu-lhe que fosse erguida uma capela para ela e como a Serva de Deus havia recebido a herança de seu irmão, mandou iniciar a confecção dos tijolos. Nhá Chica começou a pedir doações para finalizar a obra da capela e, ainda sem ter completa a quantidade necessária de tijolos para o prédio, ordenou que o pedreiro parasse de prepará-los. Segundo ela, Nossa Senhora mandou-a cessar com a fabricação dos adobes e começar a erguer as paredes. E assim fez. Era a certeza de Nhá Chica que o sagrado estava até na elaboração de tijolos de adobe para a construção de um templo. O pedreiro responsável

pela obra garantiu à *Serva de Deus* que os tijolos não iam dar. Ele era a representação do profano, tinha uma leitura profana do mundo. Contrapondo-se ao parecer do operário, Nhá Chica continuava a afirmar que Nossa Senhora sabia se bastariam ou não e deu prosseguimento à tarefa da construção. O templo foi erguido sem sobrar ou faltar nenhum tijolo. A sabedoria mágica de Nhá Chica surpreendeu seus contemporâneos que entenderam naquela percepção do mundo, um ato de manifestação do sagrado e, enfim, um milagre.

O milagre do órgão alcançou ainda maior repercussão. Quando a igreja estava quase pronta, Nhá Chica ouviu de Nossa Senhora que ela queria um órgão para sua capela. Nhá Chica não sabia o que era e foi procurar o padre da cidade para entender o pedido da santa. O padre explicou a Francisca de Paula de Jesus que órgão era um instrumento usado nas igrejas e que era muito caro. Nhá Chica respondeu-lhe que não importava o preço, Nossa Senhora queria um. Assim, a *Serva de Deus* começou a pedir doações para a aquisição do órgão. Depois de algum tempo, de posse de numerário suficiente para a compra, ela mandou buscá-lo no Rio de Janeiro. Um senhor de Baependi, cioso das dificuldades de Nhá Chica, resolveu bancar o transporte do objeto. O órgão foi de trem até Barra do Piraí e de carro de boi até Baependi. Com a sua chegada, Nhá Chica marcou a inauguração, provavelmente, com a capela já equipada com os utensílios litúrgicos necessários aos ritos católicos, mas ainda não totalmente completa. O sino chamou os fiéis para as orações e às três da tarde de uma quinta feira, a povo se aglomerou na capela para ouvir o soar do instrumento. O maestro sentou-se a frente do órgão e ao tentar tocar, nenhum som saía. Nhá Chica se ajoelhou perante a imagem de Nossa Senhora da Conceição e rezou, em seguida, virou-se para o público e disse que eles podiam ir embora e voltar no dia seguinte, naquele mesmo horário. Enquanto isso, Nossa Senhora queria que entoassem uma ladainha para ela. E assim foi feito, a ladainha foi entoada e os fiéis voltaram à capela no dia seguinte. Era uma sexta feira e um número ainda maior de devotos apareceu para ver o milagre que se anunciava isso porque todos acreditavam que o órgão havia estragado na viagem. No horário marcado, o maestro sentou-se novamente perante o instrumento e, ao tocar as teclas, o som encheu toda a capela. Nhá Chica chorou de emoção e estava feito o milagre do órgão.

Contar a vida de Nhá Chica é contar como seus milagres aconteceram e como ela era uma conselheira para os aflitos e uma consoladora para os necessitados. Ela tinha uma vida regrada, com dias certos para cada evento, e muito simples, com

poucos bens materiais. A Serva de Deus oferecia alimento às quintas feiras para os pobres num espaço atrás de sua casa, onde ela fez uma cobertura para receber as pessoas e oferecer a comida. Às sextas, ela rezava o terço sozinha ou acompanhada de vários devotos de Nossa Senhora da Conceição. Segundo a tradição popular, um dia da semana ela tirava para não sair de casa. Acredita-se, que nesse dia ela lavava suas roupas e se enrolava em uma estopa para esperar que elas secassem. Assim, passavam os dias de Nhá Chica, em orações, doações, simplicidade e recolhimento. Partindo do conceito de Mircea Eliade sobre o homem religioso, Nhá Chica era uma mulher religiosa e os religiosos sacralizam o mundo e vivem segundo um tempo diferente, cíclico e não linear. O tempo de Nhá Chica era vivido dessa forma, cíclico, cada dia dedicado a uma coisa e retornando depois de passada a semana ao mesmo ciclo. Enfatizando essa análise, podemos perceber que também não há uma linearidade no tempo quando lemos sobre a vida de Nhá Chica. As histórias de suas previsões e milagres se misturam com a história de sua vida e ninguém sabe ao certo quando cada um desses relatos aconteceu no decorrer de sua existência. Os únicos momentos em que podemos lançar mão do recurso temporal são quando ela entrava em contato com homens da ciência ou padres que cuidadosamente registravam os eventos, identificando datas, como é o caso da inauguração da igreja, da entrevista concedida ao médico Dr. Henrique Monat e do registro do seu falecimento e enterro.

Dentre as várias coisas que Nhá Chica previu está seu funeral. Antes de falecer, em 1895, já muito adoentada, ela disse: “Vou morrer. Mas ainda ficarei na terra por três dias, depois irei para Roma” (Pena, 2007, p. 40). Faleceu em 14 de junho de 1895. Após sua morte, no dia seguinte, fizeram um cortejo pelas ruas da cidade que seguiu da capela de Nossa Senhora da Conceição até a igreja matriz, onde foi encomendada. Seu corpo voltou à capela, onde seria enterrado, mas o médico da cidade, Dr. Manoel Joaquim Pereira de Magalhães, entendeu que Nhá Chica não apresentava as características de uma pessoa morta e resolveu suspender o enterro para mantê-la sob observação por mais algumas horas. Nesse entremeio, ele foi chamado com urgência em outra cidade e se ausentou de Baependi. Assim, o corpo de Nhá Chica ficou insepulto por quatro dias enquanto aguardava o médico. Ele não sofreu alterações e continuou exposto recebendo as romarias que vinham de várias localidades para se despedir de Nhá Chica. Segundo Pena, a partir de um depoimento de “pessoa idônea”, ela afirmou que os parentes de Nhá Chica, cansados do longo período de velório, resolveram enterrar a Serva de Deus sem que ninguém visse. Ela foi sepultada na capela de Nossa

Senhora da Conceição, como era de seu desejo, e seu corpo permaneceu lá até o ano de 1998, quando foi exumado para o processo de beatificação.

Nhá Chica faleceu, mas deixou seu legado de fé e seu exemplo de vida e caridade. Se para a Igreja Católica os santos são aqueles que vivem conforme Cristo viveu, Nhá Chica é um exemplo de santidade. Para Maria Cristina Peixoto,

“A idéia de santidade tradicionalmente envolve dois aspectos recorrentes: a ocorrência de uma separação radical da condição humana, apesar de corporificada e inserida num contexto social específico, e a possibilidade de uma relação com o divino capaz de produzir efeitos purificadores nos indivíduos e nas sociedades.” (Peixoto, 2006, p. 208)

Nhá Chica se dedicou a uma existência de desprendimento e orações e sua vida inspirou seus contemporâneos que vinham de longe para se aconselhar com a Serva de Deus. Peixoto cita Vauchez que também afirma: “o que caracteriza o santo é que, depois de ter adquirido o domínio da natureza em si e à sua volta, ele põe o seu poder a serviço do homem” (Peixoto, 2006, p. 209). Todas as graças e bens que recebia oferecia aos mais necessitados, novamente, prontificando sua vida para o bem do outro. Se antes de falecer, as pessoas já acreditavam que ela era capaz de alcançar graças para aqueles que pediam, após a sua morte, isso se intensificou. Todos que viam em Nhá Chica um exemplo de santidade entendiam que ela poderia interceder junto a Nossa Senhora e auxiliar na conquista dos pedidos. O imaginário em torno de sua fé cresceu e sua fama se espalhou por toda a região. Vários fiéis pediam a Nhá Chica para que ele intercedesse na solução de problemas e na cura de doenças. As histórias de graças concedidas por meio da intervenção mágica de Nhá Chica são muitas e a cada graça, mais sua fama cresce. Aqueles que acreditam nos poderes de Nhá Chica afirmam que ela é uma santa e um pedido feito a ela com fé pode ser alcançado.

Depois de sua morte, seus bens ficaram para a igreja porque a *Serva de Deus* os doou para Nossa Senhora da Conceição. De 1895 até a década de 1950, eles ficaram sob a supervisão dos padres da paróquia de Baependi e muitas peças do acervo de Nhá Chica se dispersaram. Nos anos de 1950, algumas irmãs franciscanas se instalaram na cidade. Elas vieram para assumir o Hospital ‘Cônego Monte Raso’, mas como ainda não eram uma ordem registrada com personalidade jurídica perante o estado brasileiro e perante o direito canônico, não podiam interferir diretamente nas resoluções da entidade. Ainda assim, passaram a cuidar do acervo de Nhá Chica e a dar continuidade as suas obras assistenciais. Em 1954, elas perceberam a necessidade de

criar a Associação Beneficente Nhá Chica para facilitar as atividades de caridade que as Irmãs Franciscanas do Senhor praticavam. Em 1956, a ordem foi reconhecida e elas puderam construir o “Lar Nhá Chica” que foi inaugurado em 1958. Em seguida, as irmãs criaram a Fundação Nhá Chica cujo objetivo era “a) abrigar e instruir crianças desprotegidas, proporcionar-lhes meios de se tornarem úteis a si e à sociedade; b) abrigar a velhice desamparada; c) praticar assistência social em geral, através de ambulatórios, creches etc.” (Palazzollo, 1973, p. 167). Desde a sua criação, a Associação Beneficente Nhá Chica e a Fundação Nhá Chica recebem donativos de vários devotos da venerável que auxiliam as operações das irmãs e proporcionam a continuidade da missão de caridade da futura beata. Para o imaginário religioso, a obra assistencial das Irmãs Franciscanas do Senhor é uma prova do exemplo de vida oferecido pela Serva de Deus à humanidade e de sua influência por meio da fé e da abnegação do mundo material. Enfim, a força da fé de Nhá Chica continua perpetuada naqueles que acreditam e vivem segundo o ideal cristão.

O imaginário em torno da santidade da Serva de Deus é contemporâneo a ela. Jornalistas, médicos e devotos iam a Baependi visitá-la e sua fama se espalhou por Minas Gerais e pelo Brasil. Após seu falecimento, essa fama continuou a alcançar novos adeptos e seu nome era sempre sugerido para a beatificação e canonização. Nos anos de 1990, cem anos depois da sugestão de Henrique Monat, que a mencionou como a “Santa Francisca de Baependi” (Costa, 2009, p. 30), foi iniciado o processo de beatificação. Em 1998, foi feita a exumação de seu corpo e uma procissão seguiu ao redor do santuário com seus restos mortais, acompanhada de inúmeros fiéis e romeiros que ali compareceram para prestigiar a futura beatificação de Nhá Chica. No dia da abertura do túmulo, o bispo de Campanha, Dom Diamantino Prata de Carvalho, presenciou o odor de rosas que exalava do túmulo de Nhá Chica. Segundo ele, ao chegar à igreja, no dia 18 de junho de 1998, ele sentiu um aroma de rosas e questionou as irmãs se elas estavam usando perfume ou se haviam perfumado o templo. As respostas foram negativas e todos que estava lá perceberam que o cheiro vinha do túmulo da Serva de Deus. O bispo afirma que todos que presenciaram a exumação dos restos mortais sentiram o perfume de rosas e, para ele, isso é um sinal da santidade de Nhá Chica (Cadorin, 2004). O corpo da Serva de Deus foi colocado em uma urna e exposto no dia da exumação e procissão. Mais tarde, a urna foi fechada e foi colocada ao lado de seu túmulo dentro do santuário de Nossa Senhora da Conceição. O processo

de beatificação está em andamento desde 1998 e está em sua última etapa, faltando apenas a assinatura do decreto que concederá a ela o título de beata.

Após essa pequena biografia da beata, vamos delinear o funcionamento da política pública do ICMS Cultural em Minas Gerais. A lei Hobin Wood, Lei n° 18030 de 2009 datada de 12 de janeiro de 2009, foi sancionada com o intuito de auxiliar os municípios mineiros que tinham menor recurso financeiro e industrialização. Parte do ICMS arrecadado pelo estado era dividida entre os municípios que cumprissem metas estabelecidas em lei e regulamentadas pelas deliberações dos órgãos competentes. Dentro desses critérios está o patrimônio cultural regulamentado pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.³ O ICMS Cultural propõe a valorização do patrimônio dos municípios mineiros com o intuito de proteger e preservar os bens materiais e imateriais, além de aprimorar os laços de identidade entre a população e o patrimônio cultural. Os municípios recebem pontos por cada atividade que realizam segundo os critérios estabelecidos nas Deliberações Normativas que se modificaram algumas vezes desde 1998 para direcionar os trabalhos do ICMS cada vez mais para a preservação. Os municípios são pontuados pela manutenção do Conselho Municipal de Patrimônio, realização de atividades culturais, tombamentos de bens móveis, imóveis, núcleos históricos, conjuntos paisagísticos e sítios naturais, inventário do acervo cultural de menor relevância, mas importante para conhecer a história do local, educação patrimonial, investimento em cultura, proteção e preservação do patrimônio e registro dos bens imateriais, este último aprovado em 2011. Essas atividades devem ser realizadas durante o ano e entregues em relatórios ao IEPHA-MG na data estipulada: antes 15 de abril, a partir de 2011, 15 de janeiro, mas que pode ser modificada na próxima deliberação (Minas Gerais, 2012).

Como toda política pública, o ICMS Cultural tem vantagens e desvantagens. As vantagens são muitas e esta é uma política que podemos entender como vitoriosa. Os gestores públicos passam a se preocupar com o patrimônio cultural que adquire visibilidade financeira com a reversão do imposto, social com o ranking dos municípios, turística e estética com a preservação dos casarões em estilo colonial, eclético e art-decò. A população começa a valorizar a arquitetura antiga e a memória coletiva. As festas tradicionais, antes suspensas ou desanimadas, voltam a ser realizadas e muitas retomam sua força e seu público. As crianças e jovens tomam conhecimento da história local e se identificam com o patrimônio cultural. Enfim, essa política pública

sinaliza uma formação cidadã e auxilia na construção de um sentimento de pertencimento para as comunidades onde ela atua.

As desvantagens também são muitas e podemos classificá-las em duas: as relativas à prática da política e aquelas fruto do erro na execução dos trabalhos. Das associadas à vivência da política, temos como problema a não aplicação da reversão do imposto na cultura por parte dos gestores públicos. A verba é depositada na conta da prefeitura e se perde no conjunto, sem que se possa direcionar seu uso. Com a intenção de corrigir essa dificuldade foi criado um incentivo para a criação de um fundo de patrimônio, mas que depende da intenção do gestor em criar o fundo e reservar esse dinheiro para aplicá-lo no patrimônio cultural. Outro problema é a não valorização do patrimônio, mesmo diante da execução dos trabalhos. Isso ocorre nas cidades que entregam os relatórios apenas para o recebimento da reversão, sem realizar as atividades com o intuito de preservar e valorizar o patrimônio cultural. No caso da educação patrimonial, as atividades educativas e os relatórios são elaborados e entregues sem a preocupação com a aprendizagem dos alunos, o que não satisfaz a política.

Em relação ao erro na execução dos relatórios, os municípios muitas vezes não realizam as atividades de maneira correta e perdem pontuação, deixando de receber a reversão e prejudicando a comunidade. Isso acontece por diversos motivos entre eles a falta de pessoal qualificado nas prefeituras para elaboração dos relatórios e o atraso na execução das atividades. No primeiro caso, as cidades pequenas e pobres não têm dinheiro para manter em seu corpo de funcionários arquitetos, historiadores, geógrafos, arqueólogos, etc., para montarem os quadros do ICMS Cultural. Isso obriga os municípios a contratarem consultores para executarem as tarefas, o que garante muitas vezes a pontuação, mas facilita o distanciamento entre a população e as atividades do patrimônio. A procrastinação das atividades também configura um problema. Para a elaboração dos relatórios, é preciso realizar atividades de campo e pesquisa que demandam tempo e devem ser feitas durante o ano, mas em geral não feitas próximas à data de entrega e prejudicam a eficácia da política.

No caso de Baependi – MG, em 2009, a prefeitura contratou uma empresa para a realização das atividades de campo, pesquisa e elaboração dos dossiês de tombamento dos bens associados à Nhá Chica. Esses bens eram a casa da Nhá Chica e peças de seu uso cotidiano: uma das cadeiras onde sentava, a sombrinha que usava como bengala, a fechadura de sua casa e um rosário de contas de jacarandá da Nhá Chica. Da antiga capela eram o órgão de fole francês do milagre, o altar mor, uma

cômoda, duas campainhas, uma pinha de cristal, dois tijolos de adobe do milagre, a imagem de Nossa Senhora da Conceição e um crucifixo. Os itens da memória associada a ela eram a única foto de Nhá Chica e um quadro que retrata a fotografia. Por fim, o acervo associado ao seu falecimento composto pelas flores de *biscuit* do seu enterro, a urna funerária e a antiga lápide de mármore do seu túmulo. Naquele ano o município já tinha dois bens móveis, oito imóveis e três conjuntos paisagísticos tombados⁴ e os bens associados à Nhá Chica não aumentariam a pontuação de Baependi. Para acrescentar mais um ponto relativos aos bens móveis seriam precisos mais dois bens além dos que estavam sendo pleiteados para o tombamento. E para os bens imóveis, ainda seriam precisos mais outros quatro imóveis. Segundo a equipe da prefeitura de Baependi e o conselho municipal de patrimônio, a intenção da administração pública ao propor o tombamento era proteger o patrimônio da futura beata com o intuito de mantê-lo no município. Havia certo receio de que com a beatificação e, mais tarde, a canonização seus bens fossem transferidos para São João Del Rey, sua cidade natal. A alegação do gestor público era que São João Del Rey, por ser uma cidade mais turística, poderia ter força política e econômica para transferir as peças do acervo, retirando-as de Baependi. Assim, a perda do patrimônio da Nhá Chica ocasionaria prejuízo econômico para o município que se veria tolhido da oportunidade turística de receber visitantes que chegariam à cidade para conhecer o local de morada da venerável, seus objetos de uso cotidiano e devocionais e sua capela. Diante dos argumentos do gestor, podemos perceber a falha na política do ICMS Cultural porque o objetivo da prefeitura era receber os benefícios financeiros do tombamento ao invés de proteger o patrimônio cultural e valorizar a identidade baependiense. Por outro lado, as vantagens financeiras de um patrimônio salvaguardado para o turismo estimulam a proteção dos bens e as atividades do ICMS, mesmo sendo bem pontuadas, não tem o poder de modificar as intenções dos gestores, apesar de algumas vezes alcançar uma sensibilização entre os administradores. Em Baependi, é importante ressaltar que o prefeito estava sendo cassado por abuso de poder político que se configurou pela doação de lotes durante as eleições. O processo foi julgado após os decretos de tombamento e ele foi cassado em junho de 2009 por infringir o artigo 22 da Lei Complementar 64/90 (TRE-MG, 2009). Nesse caso específico, a intenção do gestor e a situação política em que ele encontrava pesaram negativamente diante das irmãs protetoras dos bens.

Os bens da Nhá Chica ficam sob guarda das Irmãs Franciscanas do Senhor. Com a proposta do tombamento, a equipe de campo se reuniu com a irmã

responsável pela congregação e pelo acervo. Em uma conversa ela recusou o tombamento sem explicar os motivos, da mesma forma que recusou receber as notificações de tombamento e afirmou que não abriria a casa da Nhá Chica para fotografar e medir as peças e só permitiu a entrada na igreja sem as máquinas e trenas. Em represália, o prefeito assinou o decreto de tombamento das peças sem o procedimento correto que deveria seguir uma sequência de atos: a ata de tombamento provisório, a notificação, a ata de tombamento definitivo, decorrido um prazo mínimo de quinze dias e o decreto de tombamento. Assim, com o decreto, as irmãs e os padres da cidade iniciaram uma campanha contra o tombamento. Foi veiculado nas missas e alto-falantes das igrejas que o tombamento feito pela prefeitura interferiria no processo de beatificação e fizeram um abaixo assinado e uma procissão pela cidade, além de colocarem panos pretos na frente das igrejas e incitarem os fiéis a fazerem o mesmo em suas casas. A cidade ficou toda enfeitada com tecidos negros, simbolizando o luto pelo tombamento, e a congregação entrou com um mandato de segurança para impedir o instituto de proteção. A decisão do juiz foi contrária ao tombamento, mas não porque ele fosse ruim ou indevido, mas porque o procedimento não havia sido feito corretamente e o ato administrativo foi considerado nulo.

Temos três comportamentos contrários ao patrimônio cultural em Baependi. O primeiro deles, como já mencionamos, é a intenção do gestor público em garantir ganhos financeiros para o município ao invés de executar uma política de proteção e educação patrimonial. Assim, foram feitos os tombamentos, inventários e a entrega dos quadros, mas a valorização da herança cultural foi deixada de lado. O outro comportamento avesso à proteção do patrimônio cultural foi a ação das irmãs e dos padres que se indispuseram com o instituto por questões pessoais e insatisfações políticas com o administrador público. Se eles realmente acreditavam que o tombamento poderia atrapalhar a beatificação, isso prova o desconhecimento em relação ao tombamento e até mesmo ao procedimento canônico, já que uma coisa não interfere na outra. Se elas não acreditavam, podemos sugerir que houve uma insatisfação pessoal para com a gestão administrativa da prefeitura de Baependi e o uso desses argumentos errôneos para convencer o povo de que o tombamento seria prejudicial para a igreja e a beatificação da Nhá Chica. O terceiro comportamento equivocado é vivido pelos fiéis em Nhá Chica e a opinião pública em geral. Observamos em notícias de jornais, depoimentos de devotos na internet e blogs de fiéis a menção recorrente à transferência da autonomia e da propriedade dos bens da Nhá Chica da igreja para a prefeitura. Outro

ponto que causou indignação foi o tombamento da urna funerária que contém os restos mortais da venerável. Para alguns, isso foi uma afronta, uma intromissão do profano, a prefeitura, para com o sagrado, os restos mortais da venerável e a Nhá Chica. Isso corrobora nossa tese de que o conceito de tombamento não foi apreendido pela população e sua ignorância foi usada para impedir a atuação de uma gestão pública considerada corrupta. Acreditamos que a população quer a preservação e a permanência do patrimônio de Nhá Chica em Baependi e compreende esse acervo como parte de sua memória e identidade, mas foi manipulada por meio do desconhecimento do tombamento. Sugerimos, também, que houve má intenção dos gestores em impor o tombamento sem o cumprimento dos trâmites necessários e das irmãs e padres em condenar o tombamento desconhecendo seus critérios e sua importância para a população baependiense e todos os fiéis em Nhá Chica. A briga judicial entre a Associação Beneficente Nhá Chica e a prefeitura foi uma disputa política onde o patrimônio baependiense, os devotos da venerável e a fé em Nhá Chica foram elementos de menor importância. E o que mais se tornou relevante foi a vitória política das irmãs contra o prefeito.

Esse estudo de caso tentou identificar as dificuldades relativas à política pública do ICMS Cultural e a importância da educação patrimonial para impedir problemas como os ocorridos com os baependienses, os bens da Nhá Chica e o processo de tombamento. Ao contrário do que foi proposto pela legislação, a fé em Nhá Chica e sua importância e a de seus bens como patrimônio cultural municipal foram usadas como força contrária ao tombamento que seria o instituto legal que garantiria sua preservação e proteção associada ao espaço físico de Baependi. Os interesses econômicos e políticos se sobressaíram em relação à valorização do patrimônio cultural. E, diante disso, podemos apontar a educação patrimonial como ação imprescindível para evitar que a herança cultural se perca ou fique subordinada a manipulações de qualquer modalidade.

¹ “FRANCISCA – aos vinte e seis dias de abril de mil e oitocentos e dez na capela de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, filial desta Matriz de São João del Rei, de licença do Reverendo Joaquim José Alves batizou e pôs os Santos Óleos a Francisca, filha natural de Isabel Maria, e foram padrinhos Ângelo Alves e Francisca Maria Rodrigues todos daquela Aplicação. O Coadjutor Manoel Ant. de Castro.” Imagem do livro de batismo. Acervo Privado de Zezeth Nicoliello, Baependi. Segundo a própria Francisca, ela nasceu em 1808, apesar de seu batistério datar de 1810. COSTA, Fafate; NICOLIELLO, Zezeth (orgs). **A entrevista de Nhá Chica**. Baependi, MG: Veredas, 2009.

² Ângelo Alves era solteiro, morador da Aplicação de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno e faleceu em 1823. Em seu testamento, ele assumiu uma filha natural, Rita Maria Ferreira, e deixou seus bens para ela. RODRIGUES, Pascoal Alves. **Testamento e inventário**. Disponível em <http://br.geocities.com/projetocom_partilhar6/pascoalalvesrodrigues1787josefaferreirabarreto1795.htm>

Acesso em 02/04/2009. RODRIGUES, Ângelo Alves Ferreira. **Testamento e inventário**. Disponível em <<http://br.geocities.com/projetocompartilhar6/angeloalvesferreirarodrigues1823.htm>> Acesso em 02/04/2009.

³ “Art. 1º- A parcela da receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição da República, será distribuída nos percentuais indicados no Anexo I desta lei, conforme os seguintes critérios:

VII - patrimônio cultural: relação percentual entre o Índice de Patrimônio Cultural do município e o somatório dos índices de todos os municípios, fornecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA -, da Secretaria de Estado da Cultura, que fará publicar, até o dia 30 de abril de cada ano, os dados apurados relativos ao ano civil imediatamente anterior, observado o disposto no Anexo III desta lei.” MINAS GERAIS. **Lei nº 13803, de 27 de dezembro de 2000**. Disponível em <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual13803_00.htm> Acesso em 9 abr 2012, 16:25.

⁴ Bem móvel: Acervo Cultural Musical Maestro Raposo e Acervo da Igreja Matriz de N. Sra. De Montserrat; Bem Imóvel: Capela Passo – praça Dr. Policarpo Viotti, Capela Passo – praça Monsenhor Marcos, Capela Passo – rua Dr. Brotero do Pilar Cobra, Capela Sagrado Coração de Jesus, Igreja de N. Sra. do Rosário, Igreja Matriz de N. Sra. de Montserrat, Igreja N. Sra. da Boa Morte e Prédio do Fórum e Conjunto Paisagístico: Usina Congonhal, Usina Nhá Chica e Usina Ribeirão. IEPHA. Listagem de bens protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2011. Disponível em <www.iepha.mg.gov.br> Acesso 20 abr. 2012, 14:56.

BERNARDO. Não ao tombamento. Em favor de Nhá Chica. Disponível em <<http://savocacional.blogspot.com.br/2009/06/nao-ao-tombamento-em-favor-de-nha-chica.html>> Acesso em 23/04/2012.

CADORIN, Ir. Célia S.; PINHO, Maria do Carmo Nocoliello; NICOLIELLO, Maria José Turri (orgs). **Nhá Chica, a pérola de Baependi**. Baependi: Associação Beneficente Nhá Chica; Belo Horizonte: O Lutador, 2004.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. **Fontes e perspectivas de estudo sobre populações escravas no Sul de Minas Gerais, séculos XVIII e XIX**. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=199>> Acesso em 3/04/2009.

COELHO, Paulo. Tombamento da Nhá Chica. Disponível em <<http://g1.globo.com/platb/paulocoelho/2009/06/23/tombamento-de-nha-chica/>> Acesso 23/04/2012.

COSTA, Fafate; NICOLIELLO, Zezeth (orgs). **A entrevista de Nhá Chica**. Baependi, MG: Veredas, 2009.

DZAI. Suspensão do tombamento dos bens de Nhá Chica. In.: Jornal da Alterosa Sul de Minas. Disponível em <http://www.dzai.com.br/jornaldaalterosasuldeminas/video/playvideo?tv_vid_id=53968> Acesso 23/04/2012.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GLOBO MINAS. Tombamento da memória de Nhá Chica é motivo de polêmica em Baependi, sul de Minas. Disponível em <<http://globominas.globo.com/GloboMinas/Noticias/BomDiaMinas/0,,MUL1205784-9077,00.html>> Acesso em 23/04/2012.

MINAS GERAIS. **Iepha-MG**. Disponível em <www.iepha.mg.gov.br> Acesso em 23 abr. 2012, 15:35.

O BAEPENDYANO. “Solenidade religiosa”. **O Bapendyano: folha científica, litterária e noticiosa**. Baependi, 15 dez. 1878, ano II, nº 75.

PALAZZOLO, Fr. Jacinto de. **A pérola escondida: Nhá Chica**. 3.ed. Rio de Janeiro: GB, 1973.

PARÓQUIA DE CRUSÍLIA. **O drama e a trama do “Tombamento de Nhá Chica”**. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=tombamento+nha+chica+&source=web&cd=7&ved=0CFEQFjAG&url=http%3A%2F%2Fparoquiadecruzilia.com.br%2Fnew%2Findex.php%3Foption%3Dcom_phocadownload%26view%3Dcategory%26id%3D13%3Aoutros%26download%3D52%3Atombamento-nh-chica%26Itemid%3D36&ei=rgSbT5-2A4b20gG9q6jjDg&usq=AFQjCNEOM-v8zN4EIW1up1J5hrygkbaKg&cad=rja> Acesso em 23/04/2012.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. **“Santos da porta ao lado”: os caminhos da santidade contemporânea católica**. 2006. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2006, p. 208.

PENA, Helena Ferreira. **Francisca de Paula de Jesus “Nhá Chica”: sua vida e seus milagres**. 16 ed. Baependi, 2007.